

MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS - MCI

PLANO MUSEOLÓGICO 2022

VERSÃO 1

REALIZAÇÃO

Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

ELABORAÇÃO

Comambi Projetos - Elisabeth Zolcsak - Museóloga / COREM 4ª. Região - 160-II

FICHA TÉCNICA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rodrigo Garcia - Governador

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Sérgio Henrique Sá Leitão Filho - Secretário

Rogério Custódio de Oliveira - Secretário Executivo

Frederico Mascarenhas - Chefe de Gabinete

Paula Paiva Ferreira - Diretora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI

Paulo Augusto Coelho de Souza - Presidente do Conselho de Administração

Angelica Policeno Fabbri - Diretora Executiva

Luiz Antonio Bergamo - Diretor Administrativo

MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS - EQUIPE DE DIREÇÃO E SUPERVISÃO

Davidson Panis Kaseker - Gerente de Unidade

Hugo Reis Ribas - Supervisor de Manutenção

Bárbara Rodarte - Supervisora de Desenvolvimento Institucional

Julie Trudruá Dorrico - Consultora de Comunicação

Luísa Valentini - Supervisora de Centro de Pesquisa e Referência

Sandra Benites - Consultora de Programação

Ana Carolina Estrela da Costa - Supervisora de Centro de Formação

MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS - EQUIPE OPERACIONAL

Denise Vieira dos Santos - Assistente Administrativa

Gilson Militão de Souza - Oficial de Manutenção Predial

Amanda Serafim Pankararu - Assistente de Comunicação

Auá Mendes - Designer

Michele Silva Joaquim - Pesquisadora Documentalista

Cecília Gonçalves Gobbis - Assistente de Programação

Raoni Gabriel Marquez Ferolla - Assistente de Programação

Mariana Tezoto de Lima - Educadora

Claudio Fernando da Silva Branco - Mestre dos Saberes

Michel Vidal Martins - Mestre dos Saberes

Natalicio Karai de Souza - Mestre dos Saberes

Sonia Barbosa de Souza - Mestra dos Saberes

Ana Carolina Beserra da Silva - Assistente de Formação

Leticia Yumi Shimoda - Assistente de Formação

Ediele da Silva Nascimento - Estagiária

Jacileide Augusta Vilar Martins - Estagiária

Kauane Jacinta Silva - Estagiária

Kawakani Mehinako - Estagiária

Paulo Sergio da Silva - Estagiário

INSTITUTO MARACÁ

Cristine Takuá - Sócia Fundadora - Diretora

Adriana Calabi - Sócia Fundadora - Diretora

Ailton Krenak - Sócio Fundador

Carlos Papá - Sócio Fundador

Augusto Canani - Sócio Fundador

Davi Kopenawa e Siã Huni Kuin - Conselheiros

Sandra Benites e Anna Dantes - Conselheiras

Isabela Zangrossi - Assistente Executiva

Alexandre Gomes e Dafran Macário - Assessores Técnicos

CONSELHO INDÍGENA ATY MIRIM

Manoel da Silva Werá - Povo Guarani Mbya - Tekoa Rio Silveira - Bertioga/SP

Carlos Papá - Povo Guarani Mbya - Tekoa Rio Silveira - Bertioga/SP

Ubiratã Jorge de Souza Gomes - Povo Tupi Guarani - Aldeia Bananal - Peruíbe/SP

Luiz de Souza Karai - Povo Guarani Mbya - Tekoa Nhandeu Pó - TI Aguapeú - Mongaguá/SP

Timóteo da Silva Vera Tupã Popygua - Povo Guarani Mbya - Tekoa Takuari - Eldorado/SP

Marciano Mendonça Bolgarim - Povo Guarani Nhandeva - Tekoa Takuari - Eldorado/SP

Saulo Ramires - Povo Guarani Mbya - TI Amba Porã - Miracatu/SP

Jairo Tataendy Soares da Silva - Povo Guarani Mbya - Tekoa Gwyrá Pepo - Tapiraí/SP

Jandira Mayara Vilar Martim - Povo Guarani Mbya - Tekoa Pyau - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Richard Vera Poty Gabriel - Povo Guarani Mbya - Tekoa Pyau - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Cátia Martim Pereira - Povo Guarani Mbya - Tekoa Pyau - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Jaxuka Leonice de Quadros - Povo Guarani Mbya - Tekoa Pyau - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Marcio Bolgarim - Povo Guarani Nhandeva - Tekoa Yvy Porã - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Irene Bolgarim - Povo Guarani Nhandeva - Tekoa Yvy Porã - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Thiago Henrique Martim - Povo Guarani Mbya - Tekoa Yvy Porã - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Tamikua Txihi Pataxó - Povo Pataxó - Tekoa Itakupé - TI Jaraguá - São Paulo/SP

Valceni Tibes - Povo Guarani Mbya - TI Tenondé - Porã/SP

Lidiane Damaceno Cotuí Afonso - Povo Krenak - Aldeia Vanuíre - Tupã/SP

Dirce Jorge Lipu - Povo Kaingang - Aldeia Vanuíre - Tupã/SP

Susilene Kaingang - Povo Kaingang - Aldeia Vanuíre - Tupã/SP

Ronaldo Iaiati - Povo Kaingang - TI Icatu - Braúna/SP

Elizeu Awá Djerowewedju - Povo Tupi Guarani Nhandeva - TI Araribá - Avaí/SP

Ricardo Pereira Castelhão - Povo Terena - Aldeia Tereguá - TI Araribá - Avaí/SP

Michel Antônio - Povo Terena - Aldeia Tereguá - TI Araribá - Avaí/SP

Gerolino José César - Povo Terena - Aldeia Erekuá - TI Araribá - Avaí/SP

Clarice Pankararu - Povo Pankararu - Comunidade Pankararu Real Parque - São Paulo/SP

Deise Filho Desta Terra - Povo Wassu - Reserva Indígena Filho desta Terra - Guarulhos/SP

Ibyrassu Maximo Wassu - Povo Wassu - Reserva Indígena Filho desta Terra - Guarulhos/SP

MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS - MCI

PLANO MUSEOLÓGICO 2022

PROPOSTA 1

SUMÁRIO

Plano Museológico	05
Apresentação do Museu	07
Missão, Visão e Valores	15
Forças e Desafios	17
Programa de Gestão Museológica	20
Subprograma de Acessibilidade	24
Subprograma de Sustentabilidade	25
Programa de Edificação	26
Programa de Comunicação e Desenvolvimento Institucional	30
Programa de Acervo	32
Centro de Pesquisa e Referência	34
Programa de Exposições	36
Programa de Educação	38

PLANO MUSEOLÓGICO

Museus são criados para atividades de conhecer e apresentar elementos materiais (objetos) e imateriais (conhecimentos e manifestações) do patrimônio cultural de povos ou de grupos de pessoas, para oferecer oportunidades de apreciação, entretenimento, educação, reflexão e conhecimento.

A gestão de um museu se ocupa de colocar em prática estas atividades, implicando ações de aquisição, conservação, documentação, pesquisa e comunicação de elementos patrimoniais, que são dependentes de uma edificação ou de uma área aberta, de pessoas, de recursos materiais e financeiros, e de vários círculos de sustentação. As decisões e a organização dos trabalhos são auxiliadas por documentos de planejamento: plano geral, programas, políticas e projetos.

O plano museológico é um documento de planejamento geral que relata as finalidades e a organização das atividades de um museu, distribuídas entre programas, para todos os interessados: organizadores, gestores, trabalhadores, parceiros, apoiadores e público. É documento previsto no Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 14/01/2009, e sua regulamentação, Decreto nº 8.124, de 17/10/2013, e dá fundamentos para planos anuais de atividades, nos quais há a compatibilização dos recursos disponíveis e das ações a serem desenvolvidas em certo período de tempo.

Na primeira parte deste plano museológico do Museu das Culturas Indígenas - MCI, há a apresentação do museu, sua formação e missão. Na segunda parte, há informações sobre os programas que agrupam as atividades de museu. Cada programa apresenta seus objetivos gerais, indica ideias que o museu adota para os trabalhos e declara o que deve ser feito, tendo em vista as finalidades de museu e o formato da instituição. Durante o desenvolvimento do museu, os programas são implementados através de documentos orientadores (políticas e manuais) e de projetos, os quais são documentos com detalhamento de objetivos específicos, de ações e de procedimentos executivos.

Em relação ao sugerido pelo Estatuto de Museus, este plano agrupa os programas a) institucional, de financiamento e de gestão de pessoas, b) de edificação e de segurança, c) de acervo e de pesquisa; e mantém distintos aqueles de comunicação institucional, exposições e educação. Esta opção se justifica no Museu das Culturas Indígenas por agrupar setores de trabalho e possibilitar operações associadas entre programas, quando necessárias para atendimento de obrigações junto a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Três dos programas tratam da condução, instalação física e sustentação social do museu: Programa de Gestão Museológica, de Edificação e de Comunicação e Desenvolvimento Institucional. Outros três, das atividades de conhecer e apresentar patrimônio material e imaterial: Programa de Acervo, de Exposições e de Educação.

Estes programas são interdependentes e todos devem contemplar acessibilidade e sustentabilidade nas atividades. Contudo, o tratamento destas qualidades é apoiado por subprogramas do programa de gestão museológica.

Para a elaboração do plano, foram considerados documentos da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e da Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari - ACAM Portinari, incluindo Projeto Museológico, Contrato de Gestão e Plano de Trabalho. Foi também analisado o Projeto Técnico para construção da participação de povos indígenas na gestão do museu, produzido pelo Instituto Maracá. Houveram, ainda, diálogos com membros da ACAM Portinari - sede e Museu das Culturas Indígenas, além da apresentação de preocupações iniciais para planejamento do museu ao Conselho Indígena Aty Mirim e colaboradores.

Este plano museológico busca auxiliar o entendimento do Museu das Culturas Indígenas e colaborar na ordenação das várias atividades para desenvolvimento do museu. É documento ativo de gestão e está sujeito a atualização periódica.

APRESENTAÇÃO DO MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS

Iniciativa

O Museu das Culturas Indígenas - MCI foi criado em dezembro de 2021 atendendo organizações e movimentos indígenas que demandam espaços públicos destinados para suas próprias ações com patrimônio cultural, incluindo a valorização de suas produções artísticas contemporâneas e debates sobre questões de povos originários. É um dos museus da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e está voltado para os povos originários deste estado e do Brasil. No país, dados do IBGE de 2019 indicam 305 povos e 896.874 mil pessoas indígenas. No estado de São Paulo, são 102 povos e 44.296 pessoas indígenas.

A iniciativa de grupos indígenas em direção a um museu público foi conduzida, junto ao Governo do Estado de São Paulo, pelo Instituto Maracá, associação de defesa dos direitos e da autonomia dos povos originários representada por Cristine Takuá, Carlos Papá e por outras lideranças, entre elas, Aílton Krenak, Davi Kopenawa e Sandra Benites. A ação se apoia na Constituição Federal de 1988, a qual estabelece que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, proteger as manifestações das culturas indígenas (Art. 215) e, além disto, reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Art. 231).

A mobilização em torno de museu vai além de requisitar o cumprimento do papel do Estado na garantia de direitos, apesar da importância deste procedimento no exercício de cidadania. A iniciativa também trata da apropriação, por indígenas, de um tipo de instituição - museu - tão conhecido quanto as bibliotecas e as escolas. Isto porque museus têm um papel social que é de interesse para os diversos povos, no Brasil e em outros países, pelas suas finalidades de conhecimento e apresentação de patrimônio material e imaterial, as quais favorecem diálogos entre gerações e entre povos.

Sentido

Em sentido estrito, museus indígenas são aqueles nos quais a seleção, o tratamento e a apresentação de elementos culturais de povos originários, e as atividades-meio, são realizados pelas próprias pessoas indígenas. Neste caso, o Museu das Culturas Indígenas não é um museu indígena, mas, também não é um museu de arte, história, antropologia ou etnologia com coleção de elementos indígenas formada, estudada e apresentada por pessoas não indígenas ou, mais atualmente, com a participação de representantes de vários povos.

Como museu indígena, se destaca internacionalmente o Museum of Contemporary Native Arts - Institute of American Indian Arts. Em uma lista mais ampla, no exterior, várias outras instituições patrimoniais realizam suas atividades com estreita participação de povos indígenas, entre elas: The National Museum of the American Indian - Smithsonian Institution, Burke Museum - University of Washington, Australian Museum, Bunjilaka Aboriginal Cultural Centre - Museums Victoria, Te Kongahu Museum of Waitangi, Te Papa Tongarewa Museum of New Zealand e First Peoples' Cultural Foundation - British Columbia Canada.

No Brasil, em 1991, foi criado o Museu Magüta, no Amazonas, pelo Conselho Geral das Tribos Tikuna. Em 1995, formou-se o Museu Indígena Kanindé, no Ceará, iniciado pelo cacique Sotero, preocupado com testemunhos de sua origem e identidade. Entre exemplos mais recentes, estão o Museu Worikg do povo Kaingang e o Museu Akãm Orãm Krenak do povo Krenak, organizados na Terra Indígena Vanuïre por pessoas indígenas da localidade, antes participantes de trabalhos conjuntos com o Museu Índia Vanuïre e o Museu de Arqueologia e Etnologia/USP.

Além destes, há outros museus indígenas no país, somados a instituições formadas com parceria entre comunidades e organizações e a inclusão de narrativas de povos originários na comunicação de museus de história ou de outros tipos.

Implantação

Para garantir sua implantação, o Museu das Culturas Indígenas foi criado como entidade vinculada ao Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, um museu histórico regional, da mesma secretaria estadual, localizado na cidade de Tupã, SP. Este museu tem coleção de objetos indígenas e realiza, desde 2012, ações conjuntas com os povos das Terras Indígenas do Oeste de São Paulo. Organiza oficinas e exposições realizadas por pessoas indígenas, encontros sobre questões dos povos originários e desenvolve seu Centro de Pesquisa e Referência relacionado aos povos Kaingang, Krenak, Terena e Guarani. Também atua com o Projeto Identidade para apoiar ações com patrimônio nos territórios indígenas da região.

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre tem a gestão realizada pela Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari - ACAM Portinari, Organização Social de Cultura, através de proposta selecionada em chamada pública para contrato com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa. A ACAM Portinari foi constituída em 1996 com sede em Brodowski, SP, e tem como principal objetivo o desenvolvimento da área cultural, particularmente da museológica, através de colaborações e parcerias.

Pelo seu objetivo e trajetória, a ACAM Portinari concorreu para a tarefa de gerir museus estaduais através de contrato de gestão, que envolve atender finalidades de museu respeitando princípios de qualidade técnica, economicidade, transparência e responsabilidade socioambiental. É a organização social gestora, desde 2008, do Museu Casa de Portinari, em Brodowski-SP, do Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro (este, desde 2012), em Campos do Jordão-SP, e do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, em Tupã, SP, ao qual se vincula o MCI.

Os museus do Governo do Estado de São Paulo realizam atividades, metas e orçamentos descritos em Plano Estratégico de Atuação, Plano de Trabalho, Plano Orçamentário e em Obrigações de Rotina e Compromissos de Informação, que fazem parte do contrato de gestão celebrado entre Organizações Sociais de Cultura e Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Os planos de gestão são propostos pelas Organizações Sociais de Cultura seguindo diretrizes governamentais fixadas em Termos de Referência, os quais são preparados para as Convocações Públicas de entidades interessadas na parceria para gestão de museus. A secretaria estadual reconhece o caráter único de cada museu, porém, atua com um modelo de linhas de ação com o objetivo de ter efetividade em suas funções.

O contrato de gestão de museus entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e a ACAM Portinari, vigente entre 01/07/2021 e 30/06/2026, recebeu, em dezembro de 2021, um aditamento que incluiu o Museu das Culturas Indígenas entre as obrigações desta Organização Social de Cultura. Para orientar a elaboração do aditamento contratual, a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM da mesma secretaria preparou, a partir de documento encaminhado pelo Instituto Maracá, um projeto museológico para o Museu das Culturas Indígenas pontuando preceitos de protagonismo indígena, participação de representantes indígenas nas atividades do museu, gestão horizontal, cooperação com instituições afins, ações de formação de pessoas indígenas para trabalhos na área de patrimônio e contribuições para a desconstrução de visões preconceituosas.

Os trabalhos iniciais de implantação do Museu das Culturas Indígenas ocorreram no primeiro semestre de 2022 com uso de edificação de propriedade do Governo do Estado de São Paulo, na Rua Dona Germaine Burchard, 451, ao lado do Parque da Água Branca na Zona Oeste da cidade de São Paulo, a pequena distância do Terminal Barra Funda (ônibus, trem e metrô). É edifício com 7 andares totalizando 1400 m². No final de junho de 2022, o museu foi aberto ao público.

A sede do museu tem proximidade com a Terra Indígena Jaraguá (habitada por povos Guarani, Guarani Mbya e Guarani Nhandeva, na Zona Norte do município de São Paulo), a Terra Indígena Tenondé Porã (habitada por povos Guarani, na Zona Sul do município de São Paulo e municípios vizinhos), a Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra (no município de Guarulhos), e com indígenas não aldeados de diferentes povos, moradores da Região Metropolitana de São Paulo.

Parceria

Respeitando a iniciativa de grupos indígenas junto ao Governo do Estado de São Paulo e o projeto museológico da UPPM, a ACAM Portinari propôs, no aditamento contratual, parceria com o Instituto Maracá, estabelecida através de contrato de prestação de serviços para auxiliar a participação de lideranças e outros membros de povos originários na realização das atividades do museu. Os serviços compreendem consultorias para projeto e execução de ações específicas, como exposições, e organização de fóruns de pessoas indígenas para contribuições ao museu.

O Instituto Maracá auxiliou a formação do Conselho Indígena Aty Mirim, agora órgão colegiado independente, para atuar junto ao Museu das Culturas Indígenas. Este conselho foi formado, de fato, em agosto de 2022 e reúne 28 lideranças, pessoas de 10 povos indígenas (Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Tupi Guarani, Tupi Guarani Nhandeva, Kaingang, Krenak, Terena, Pataxó, Wassu e Pankararu), habitantes de 12 municípios paulistas (São Paulo, Guarulhos, Bertioga, Mongaguá, Peruíbe, Eldorado, Miracatu, Tapiraí, Avaí, Braúna, Porã e Tupã).

A atual legislação para museus da administração pública estadual e para contratos de gestão promove a interlocução de Organização Social de Cultura com diversas instâncias participativas, internas e externas, visando definição de perfil e linhas de ação das instituições. Há formas de participação de indivíduos e de representantes de grupos reunidos em conselhos para cooperar na formulação, implementação e avaliação de ações, e buscar a integração de diversos interesses sociais.

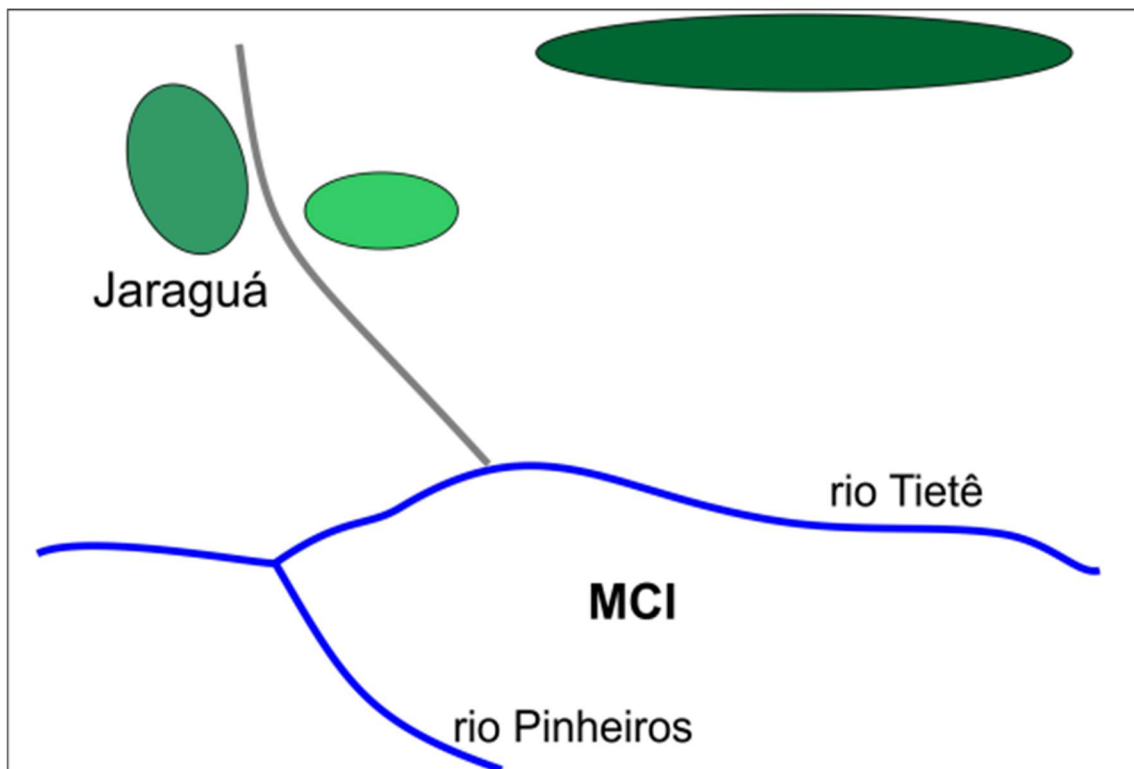
Neste cenário, a gestão do Museu das Culturas Indígenas pela ACAM Portinari - sede e equipe do museu com o Conselho Indígena Aty Mirim, além da parceria com o Instituto Maracá, significa proposições de trabalho feitas por várias pessoas visando os mesmos objetivos e por meio de ações coordenadas. Exige a construção de relacionamentos, o estabelecimento de segurança cultural para o bem-estar de individualidades perante outros e a criação de maneiras de participação de todos, tanto para adesão a soluções quanto para responsabilidade pelos resultados.

As atividades do Conselho Indígena Aty Mirim junto ao Museu das Culturas Indígenas não se resumem em prover informações sobre o patrimônio material e imaterial de povos originários. São atividades cooperativas de planejamento, de curadoria para seleção, tratamento e apresentação de elementos culturais, de liderança de projetos e de orientações para indigenização e descolonização de procedimentos no museu.

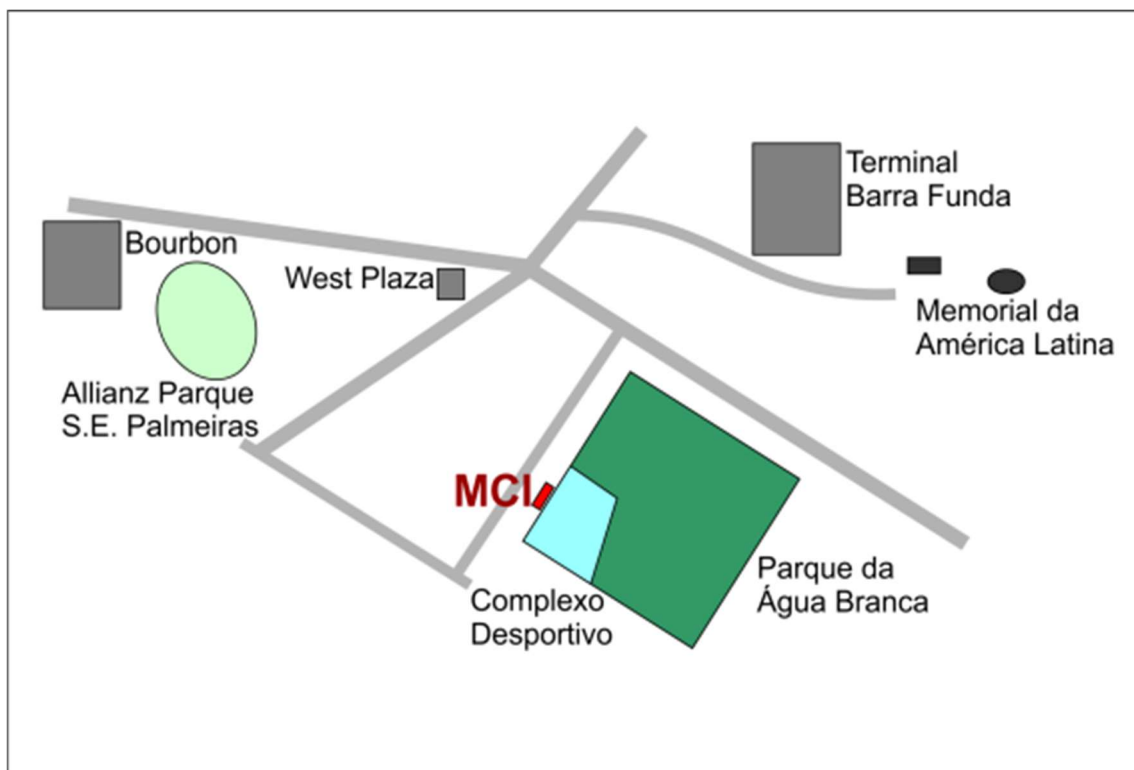
Por sua vez, os serviços do Instituto Maracá poderão envolver a promoção da participação de pessoas indígenas em atividades de formação, incluindo mentorias, para atividades administrativas e operacionais relacionadas a patrimônio cultural e museus no modelo usual de grupos não indígenas, desde que se respeitem os interesses, valores, sistemas de conhecimento e a autonomia dos povos originários.

Os parceiros centrais que tratam da gestão do Museu das Culturas Indígenas - ACAM Portinari - sede e equipe do museu, Conselho Indígena Aty Mirim e Instituto Maracá - estão atentos para as palavras protagonismo, participação e interculturalidade. Elas denominam ideias importantes para direitos e autonomia dos povos indígenas, que se consolidarão nas atividades do museu, mas, exigem constantes reflexões, práticas, avaliações, críticas, correções e transformações.

Localização do Museu das Culturas Indígenas



Zona Oeste da cidade de São Paulo



Rua Dona Germaine Burchard, 451

Vizinhança

O Museu das Culturas Indígenas está instalado em um edifício que foi parte do Complexo Desportivo Baby Barioni, ao lado do Parque da Água Branca na Zona Oeste da cidade de São Paulo.

O Complexo Desportivo Baby Barioni, construído na década de 1940, teve grande importância para o esporte escolar e amador na cidade e estado de São Paulo, até o fechamento para reformas, iniciadas em 2014 e que se completarão em 2022, conduzidas pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo. As reformas objetivaram modernização e acessibilidade em todas as áreas do complexo desportivo, que conta com ginásio, quadras e piscinas cobertas, edificações para academia, lutas, convivência, alojamento e administração.

Tanto o museu quanto o complexo desportivo são vizinhos do Parque da Água Branca, um dos parques urbanos mais tradicionais da cidade de São Paulo, frequentado por gerações de moradores da região.

O Parque da Água Branca foi iniciado em 1929 e, durante 50 anos, abrigou exposições de animais, além de órgãos públicos ligados a pecuária. Ocupa 136 mil m², tem alamedas com árvores típicas de mata atlântica, recantos com nascentes, construções com características rurais e em estilo normando, estas projetadas por Mário Whately e decoradas com vitrais de Antonio Gomide. Foi tombado como bem histórico pelo Condephaat, em 1996, e tem recebido cerca de 3 milhões de visitantes por ano, principalmente para atividades de lazer em área verde: exercícios físicos, descanso, leitura, observação de aves e recreação infantil. Seus usuários, assim como do complexo desportivo, estão entre os visitantes potenciais do Museu das Culturas Indígenas.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

O Museu das Culturas Indígenas é um museu para apresentação de expressões de povos originários do Brasil. Expressões são as manifestações do pensamento por meio da palavra ou do gesto, que levam a línguas, técnicas, territórios, conhecimentos, objetos e preceitos. Formam os elementos materiais e imateriais do patrimônio cultural, o qual faz parte da vida cotidiana, da ligação entre gerações e dos acontecimentos.

Patrimônio cultural é vivido e é contado. O Museu das Culturas Indígenas - todos que dele fazem parte - é o anfitrião que conta histórias, alimentos fundamentais da mente humana; que faz narrativas com autoridade e acolhimento.

Está clara a necessidade e importância dos saberes indígenas na seleção e estudo de acervo do museu, e na direção para as atividades de comunicação. Contudo, o Museu das Culturas Indígenas é instituição para experimentação e criação de maneiras de uso da entidade museu (uma organização com funções e formas de atuação específicas) por povos indígenas, em espaço e estrutura pública. Não se trata de enquadramento nem de adequação. Se trata de apropriação, por povos originários contemporâneos, de um tipo de organização, ou seja, de museu, motivada pelas suas finalidades de conhecer e apresentar patrimônio material e imaterial, que são valorizadas e de interesse para interações sociais.

Tais finalidades são valorizadas porque levam a encontros e relacionamentos, que os museus devem propiciar. O Museu das Culturas Indígenas é um espaço público no qual os povos originários provocam encontros e relacionamentos, são produtores de experiências e narrativas para dialogar entre si e com a sociedade em geral através de atividades de museu. Tem, entre seus objetivos, promover memórias e formas contemporâneas de existência de povos indígenas, incluindo questões de território, saúde, educação, economia, lazer e artes.

Estas considerações resumem finalidades específicas e métodos amplos que são possíveis a museus, e encaminham a missão, visão e valores desta instituição.

Missão

O Museu das Culturas Indígenas tem a missão de preservar, pesquisar e comunicar seu acervo selecionado do patrimônio material e imaterial de povos originários do Brasil, incluindo arte contemporânea, para apreciação, entretenimento, educação, reflexão e conhecimento, contribuindo com direitos e qualidade de vida de povos indígenas e com a sustentabilidade nas relações entre indivíduos, grupos, sociedade e natureza.

Visão

O Museu das Culturas Indígenas projeta ser valorizado por visitantes, apoiadores e sociedade em geral por realizar atividades com patrimônio indígena que promovam a compreensão de experiências passadas, de situações presentes e de estratégias para o futuro de povos originários do Brasil visando bem-estar social e advocacia de direitos. Projeta atuar com pessoas indígenas nas atividades de museu, aprofundar estudos patrimoniais, prover vivências culturais significativas para pessoas indígenas e não indígenas e ter eficiência nas suas ações com sensibilidade socioeconômica.

Valores

- Respeito pela vida e pelas pessoas sem discriminação.
- Reconhecimento dos direitos e da autonomia de povos originários.
- Construção de experiências culturais transformadoras.
- Realização de finalidades de museu com qualidade significando avaliação positiva de excelência nas ações, no acolhimento e na precisão de informações.
- Atuação no desenvolvimento sustentável local e global considerando a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica.
- Aplicação de ética, economicidade e transparência no emprego de recursos públicos e privados para garantir a viabilidade do museu no presente e no futuro.

FORÇAS E DESAFIOS

Numa análise de forças, o tema - culturas indígenas - e a localização na cidade de São Paulo são fatores positivos para a visibilidade e desenvolvimento do Museu das Culturas Indígenas no setor cultural. Justamente pelo tema, a atuação de pessoas indígenas nas várias atividades caracteriza uma força institucional do museu, assegurando autenticidade, o valor e a contextualização de elementos patrimoniais.

Museus atuam com paradigma ocidental, porém, o Museu das Culturas Indígenas se propõe ao conhecimento e apresentação de patrimônio de povos originários através de modelos construídos por pessoas indígenas, em parceria com aliados não indígenas, para diálogo entre os diversos povos e com os demais grupos da sociedade sobre vários tópicos, alguns aqui colocados a título de ilustração:

Importância de território

- conexão de território, natureza e cultura - linguagem e ações
- território tradicional
- perda de território por práticas coloniais
- novos territórios e reorganização de vida e de história dos povos originários

Importância de linguagem

- identidade de pessoas e apresentação de ideias
- protocolos e símbolos indígenas
- sistemas indígenas de conhecimento - território, espaço e tempo, agricultura e criação de animais, biodiversidade, manejo de meio ambiente, moradia, alimentação, saúde, cuidados com crianças, educação, justiça e outros temas
- arte indígena
- patrimônio material e imaterial - memória e criação contínua

Os mecanismos de gestão do Museu das Culturas Indígenas por Secretaria de Estado, Organização Social de Cultura e representantes de povos originários, através de Conselho Indígena, Grupos de Trabalho e Associação Civil, são iniciativas com relevância social, por atender direitos de participação, que também fazem parte da composição de forças deste museu.

Não há que se pontuar fraquezas neste momento do desenvolvimento do museu, visto que o edifício recebeu reforma estrutural recente e houveram adaptações para a nova ocupação. Além disto, foram contratados trabalhadores para compor a equipe do museu e os vários documentos para ordenamento das atividades estão em processo de elaboração. Há, porém, desafios, entre eles, a obtenção de recursos, o escalonamento de atividades, a ambientação do pátio de entrada do edifício e a visita de pessoas indígenas.

O Museu das Culturas Indígenas está numa conjuntura de políticas públicas para museus no estado de São Paulo, podendo ter, como museu público estadual, uma base orçamentária executada através de planos de trabalho anuais. Os recursos financeiros diretos da administração pública são para ações estruturantes e para rotinas técnicas. Recursos adicionais devem ser buscados na sociedade, principalmente através de doações e de patrocínios, com ou sem incentivos fiscais. Em todos os casos, serão recursos públicos, os quais exigem economicidade - um princípio orçamentário que objetiva a minimização de gastos sem comprometimento de padrões de qualidade.

Tanto a obtenção de verbas diretas, doações e patrocínios, quanto a economicidade são desafios para todos os museus porque há concorrência pelas destinações governamentais entre as áreas e equipamentos públicos e pela atenção do público. A atenção do público é um fator que impacta destinações, doações e patrocínios e que requer qualidade nas ações de museus, a ser obtida com economia. É uma equação que exige concentração nas finalidades de museu e desenvolvimento das atividades de forma escalonada no tempo, apesar do interesse e urgência da temática do Museu das Culturas Indígenas na sociedade.

Um outro desafio deste museu está na adequação de sua entrada compartilhada com o Complexo Desportivo Baby Barioni. A inserção do Museu das Culturas Indígenas na cidade de São Paulo, com proximidade a terminal de ônibus, estações de trem e metrô, parque urbano tradicional, parque de eventos e centros de compra, favorece a aproximação de público e a visitação. Entretanto, o pátio de entrada, que já recebeu algumas intervenções temáticas, é considerado importante para as atividades do museu e traz a discussão de ambientação que seja convidativa para os visitantes e, paralelamente, adequada para os usuários do complexo desportivo.

Completando estas reflexões, há a preocupação de se promover a visitação, ao museu, de pessoas indígenas, que moram no município de São Paulo e em outros municípios, por dificuldades de transporte ou, mais ainda, de tempo de deslocamento. Estão em estudo projetos de transporte de grupos, eventualmente com a formação de uma rede de parceiros - organizações não governamentais e empresas privadas, para fomentar a apropriação do Museu das Culturas Indígenas pelas pessoas dos povos originários.

Por outro lado, a divulgação do museu a todos os públicos, indígenas e não indígenas, para informar sobre as finalidades da instituição, suas atividades, e despertar interesse, é ação contínua do programa de comunicação institucional, que vem se organizando. No entanto, a comunicação institucional, a visitação e, em seguida, a divulgação do museu pelos próprios visitantes e imprensa, dependem, especialmente, dos programas de exposições e de educação, que se aliam para produzir o que se conhece como programação cultural, e que também estão em organização e desenvolvimento.

PROGRAMA DE GESTÃO MUSEOLÓGICA

O programa de gestão museológica trata da coordenação e administração do museu para que realize suas finalidades, atividades e missão. Compreende planejamento, administração de pessoas, de recursos materiais, tecnológicos e financeiros, cumprimento de requisitos legais, controle de qualidade das ações do museu, busca de financiamento para atividades, promoção da instituição na sociedade, articulação com o público e outras entidades, implementação de acessibilidade e de sustentabilidade.

A coordenação e administração do Museu das Culturas Indígenas é realizada através de contrato de gestão firmado entre Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e Organização Social de Cultura. O contrato determina Planos de Trabalho Anuais, pactuados entre a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM da mesma secretaria e a organização social contratada, com dotação orçamentária, medidas de acompanhamento e de avaliação de desempenho estabelecidas pela parte contratante.

A Organização Social de Cultura ACAM Portinari, com contrato de gestão de museus, incluindo o Museu das Culturas Indígenas, no período de 2021 a 2026, se preocupa com a aplicação dos conceitos de Museologia nas práticas e na avaliação dos trabalhos, além dos critérios de gestão vindos de outras áreas de conhecimento. Define gestão museológica como sendo a mediação entre ações das atividades-fim (com acervo, exposições e atividades educativas) e das atividades-meio (de administração, prediais e promocionais) para que reflitam as finalidades de museu.

Considerando sua realidade, a ACAM Portinari atua com uma equipe alocada na sede e com outra no museu para conduzir e implementar as atividades do Museu das Culturas Indígenas junto com o Conselho Indígena Aty Mirim, que reúne representantes de diferentes povos originários, e com a parceria do Instituto Maracá, associação civil de defesa de direitos indígenas.

Desta forma, as atividades do Museu das Culturas Indígenas são realizadas pela colaboração entre:

ACAM Portinari - Sede

- Associados, Conselho de Administração, Diretoria executiva, Diretoria administrativa e Núcleo administrativo;

ACAM Portinari - Unidade MCI

- Gerência e Núcleos operacionais;

Conselho Indígena Aty Mirim

- Representantes indígenas;

Instituto Maracá

- Sócios fundadores, Conselheiros, Diretoria e Assistência executiva.



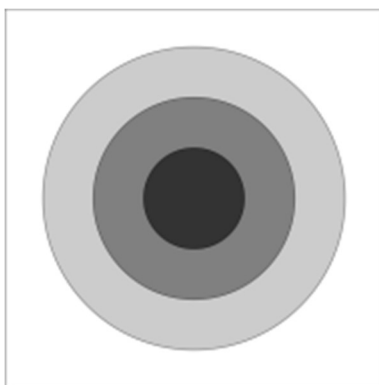
Os programas do plano museológico do Museu das Culturas Indígenas são desenvolvidos por Grupos de Trabalho formados por pessoas indígenas, indicadas pelo Conselho Indígena Aty Mirim entre seus conselheiros ou convidados, e pessoas das equipes ACAM Portinari - Sede e Unidade Museu, indígenas e não indígenas.

As atividades dos vários programas devem atender os Planos de Trabalho Anuais firmados em contrato de gestão, mas não se resumem a eles e exigem soluções das pessoas que colaboram com o museu para seu desenvolvimento.

Os Grupos de Trabalho devem alcançar as comunidades indígenas, buscando formas para as atividades de museu que sejam autênticas e significativas para conhecimento e apresentação de patrimônio material e imaterial de povos originários. Além disto, devem organizar a colaboração de pesquisadores, artistas e outros profissionais, indígenas e não indígenas, nas ações do museu.

É de interesse o exemplo de círculos de estudo e de círculo de engajamento. Círculos de estudo são iniciativas bem desenvolvidas em vários locais. Compreendem a reunião de pessoas em pequenos grupos, durante algum tempo, para o estudo e a produção de conhecimento sobre vários temas de interesse. Em museus, levam a exposições e atividades educativas, além da valorização das instituições pelo registro de memórias e pela oportunidade de desenvolvimento de ideias e de integração social.

Círculo de engajamento é uma forma de condução de círculos de estudo e de grupos de trabalho, sugerida pela Ontario Museum Association, que reconhece diferentes níveis de envolvimento com o objetivo de ser inclusivo respeitando os interesses e as possibilidades das pessoas. Resulta na seguinte organização de participantes:



- central - interessado em estar ativamente envolvido no funcionamento do grupo e no desenvolvimento de seu trabalho
- envolvido - deseja ser frequentemente consultado e ter oportunidade de colaborar com profundidade em tópicos específicos do trabalho
- apoiador - deseja oferecer algum apoio e dados para o trabalho, participando de audiências e respondendo questionários
- interessado - deseja ser informado sobre o andamento do trabalho de um grupo, por boletins e eventos, mas não estar diretamente envolvido

Fonte: Ontario Museum Association.

No Museu das Culturas Indígenas, as relações de trabalho são formais, conforme legislação trabalhista. Os acordos são feitos entre os trabalhadores e a Organização Social de Cultura contratada para a gestão do museu, e seguem o disposto em Manual de Recursos Humanos e em Plano de Cargos, Salários e Benefícios.

Considerando a gerência e os núcleos operacionais do museu, estão previstos de 25 a 30 cargos no Museu das Culturas Indígenas, além dos cargos do núcleo administrativo e diretoria da sede da ACAM Portinari que atendem também outros 3 museus. Adicionalmente, há os representantes indígenas em Grupos de Trabalho e Conselho Indígena Aty Mirim, consultores, conforme necessário, e estagiários. Trabalhadores de empresa de serviços terceirizados, como agentes de limpeza, agentes de serviços gerais e vigilantes, completam o quadro de pessoas para as atividades do museu.

As diferentes formações e experiências dos trabalhadores do museu devem ser atendidas por treinamentos e atualizações conceituais e técnicas, visando desenvolvimento profissional e pessoal. Para estagiários, há o compromisso de ensino e aprendizagem em trabalho, que exige a elaboração de planos de atividades de estágio e de supervisão.

As fontes de recursos são os repasses contratuais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, doações e patrocínios com ou sem incentivos fiscais, prêmios de editais de fomento, convênios, auxílios de instituições nacionais e estrangeiras, venda de ingressos e de produtos, eventuais serviços de locação de espaços e outros.

Na captação de recursos econômicos, este programa deve estabelecer atividades junto com o programa de comunicação e desenvolvimento institucional para organização de carteira de pessoas físicas e jurídicas apoiadoras da instituição, de convênios com instituições afins e de participação em iniciativas de fomento cultural.

Para implementação de acessibilidade e de sustentabilidade, qualidades que devem ser aplicadas em todas as atividades do museu, há subprogramas.

Subprograma de Acessibilidade

O museu deve considerar indivíduos com diferentes atributos, nos aspectos físico, sensorial e cognitivo, e em situações sociais variadas, e ser acessível. Significa que deve possibilitar, a todos, acesso aos espaços, compreensão de informações e aproximação comunicativa. As medidas de acessibilidade são implementadas nos vários programas do museu e este subprograma trata da facilitação e da avaliação das providências necessárias em espaços e atividades.

A acessibilidade contempla garantir plena participação social e independência para as pessoas. Assim, o museu deve atuar com o conceito de desenho universal, o qual é definido na Lei Nº 13.146/2015 como a concepção de ambientes, produtos e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico. Inclui a tecnologia assistiva que promove funcionalidades para uso de espaços, equipamentos e informações por quaisquer indivíduos, com autonomia e independência.

O Museu das Culturas Indígenas pretende que todos os visitantes, incluindo pessoas com deficiência, tenham acesso comum e equitativo aos espaços da instituição e possam se apropriar de exposições, participar de atividades educativas e dos demais produtos e serviços oferecidos. Com consultoria especializada, sempre que necessário, devem ser implementadas medidas de:

- acessibilidade física, com espaços internos, equipamentos e mobiliário tratados conforme a Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2020 (4a. edição);
- acessibilidade sensorial, integrada nos espaços e materiais, com elementos de comunicação escrita, fonográfica e videográfica, acompanhados em Braille, em forma sonora e por recurso com LIBRAS;
- acessibilidade cognitiva, com acolhimento, conteúdos distribuídos para diferentes interesses ou habilidades, versões em outros idiomas, incluindo a preparação de recursos explicativos (narrativas sociais), pictogramas universais e simplificações ambientais;
- acessibilidade digital, tanto no website institucional quanto em aplicativos internos.

Subprograma de Sustentabilidade

Sustentabilidade é uma característica relacionada com continuação e significa a qualidade buscada para o meio ambiente e para a sociedade, no presente e futuro.

Museus, como quaisquer outras organizações, também são responsáveis pela proteção da natureza e devem manter solo, água, ar e ecossistemas sem degradação para permitir a vida de todos os seres vivos. Devem realizar suas ações com cuidados ambientais, dar informações ao público sobre desenvolvimento sustentável e participar de iniciativas de preservação e recuperação de meio ambiente.

Da mesma forma, museus têm responsabilidades com a existência de relações harmoniosas entre as pessoas, entre grupos e, novamente, entre a sociedade e a natureza. Devem organizar suas atividades com equidade, combater discriminação e assédio, valorizar a diversidade na participação das pessoas em quaisquer temas e colaborar com sustento, visando o bem-estar social.

Com o subprograma de sustentabilidade - ambiental, social, cultural e econômica -, o Museu das Culturas Indígenas pretende ser instituição direcionada a:

- minimizar os impactos ambientais de suas atividades, incluindo atenuar o consumo de água, de outros materiais e de energia elétrica, evitar poluição e divulgar ideias e práticas de preservação ambiental;
- desenvolver suas atividades com igualdade de direitos e equidade social e incentivar a faculdade de participação ativa das pessoas na sociedade;
- realizar sua missão com patrimônio material e imaterial de povos indígenas e promover diálogos entre diferentes saberes;
- manter meios para o cumprimento do seu papel social, incluindo a concentração de em atividades centrais, e colaborar com o dinamismo de sustento de vizinhança e de localidades indígenas.

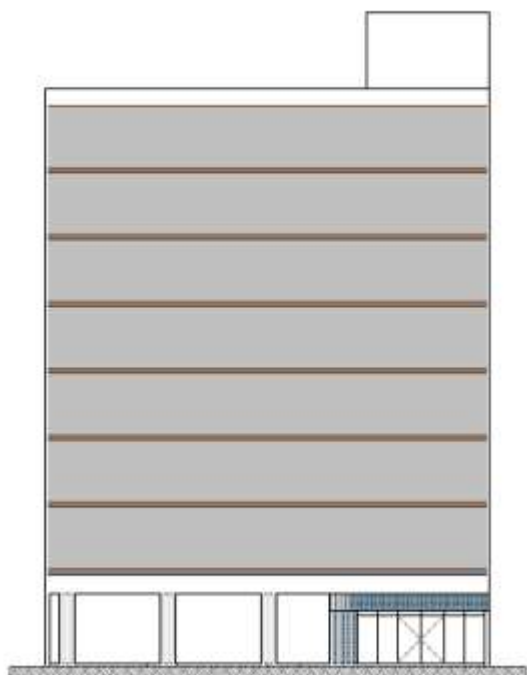
Para alcançar estas intenções de sustentabilidade, o museu deve implementar este subprograma detalhando objetivos específicos, indicadores e ações.

PROGRAMA DE EDIFICAÇÃO

O programa de edificação trata do edifício que abriga o Museu das Culturas Indígenas, compreendendo estruturas, instalações e equipamentos prediais, uso dos espaços e inserção urbana.

Os objetivos deste programa são: conservar o edifício e implementar condições de segurança para as pessoas, trabalhadores e visitantes, e para o acervo do museu.

O edifício do Museu das Culturas Indígenas é sustentado por pilotis e tem 7 andares com planta livre, ou seja, sem paredes internas fixas em grande parte dos pavimentos. No pavimento térreo, há um vão para passagem de pedestres e veículos sob o prédio, e, no lado direito, um hall de entrada com área de escadas e de elevador.



7º andar - Sala Multiuso

6º andar - Sala de Exposição

5º andar - Sala de Exposição

4º andar - Sala de Exposição

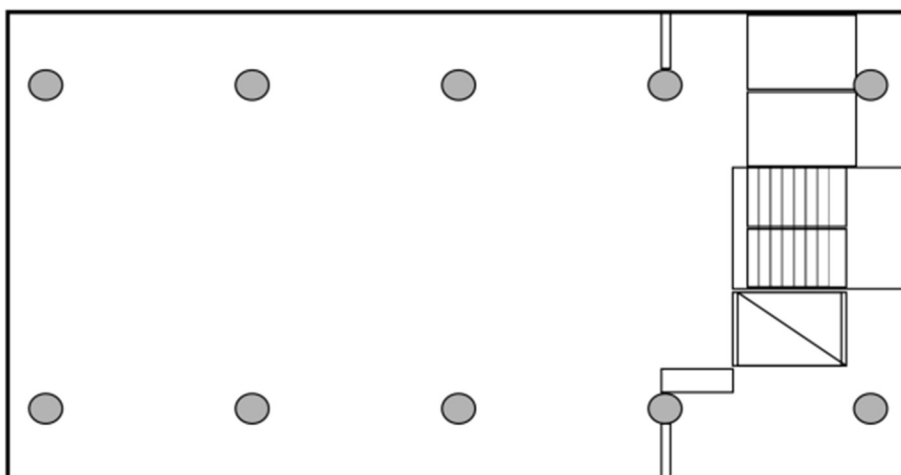
3º andar - Sala de Exposição

2º andar - Sala de Administração

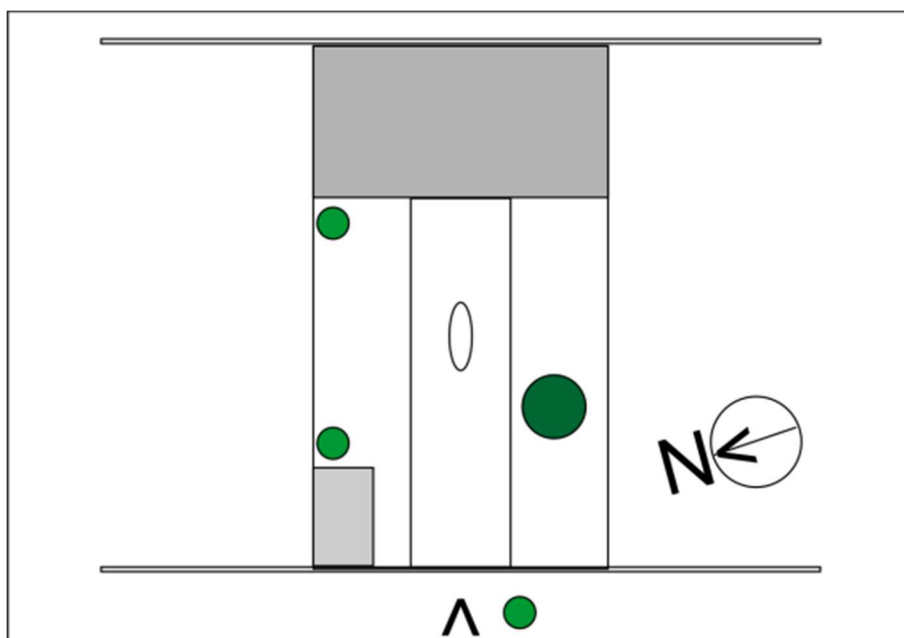
1º andar - Sala de Apoio

Térreo - Recepção

Pátio - Espaço de Convivência



Cada andar tem área útil para atividades medindo 14,12 x 9,87 m. A área de banheiros, escadas, elevador e depósito ocupa 5,13 x 9,87 m.



O pátio defronte ao edifício mede 20,0 x 28,0 m e é considerado Espaço de Convivência do museu. Tem pinturas indígenas nos muros laterais, abriga elementos expositivos, atividades educativas e comercialização de produtos indígenas. Contudo, também é área para entrada e saída de usuários do Complexo Desportivo Baby Barioni, adjacente ao museu, exigindo entendimentos, sinalização, informação e acolhimento de públicos nas duas instituições, que compartilham um único portão.

Para o alcance dos objetivos deste programa (conservar o edifício e implementar condições de segurança), são previstas ações de manutenção, as quais devem prevenir ou corrigir a perda de desempenho da edificação causada pelo tempo ou pelo uso, além de ações específicas de segurança. Desempenho de edificação significa a capacidade de atendimento das necessidades dos usuários e envolve aspectos de segurança estrutural e operacional, de saúde, conforto e adequação ambiental.

Adequação ambiental está relacionada a consumo de água, energia elétrica, gás, outros combustíveis e materiais em uso ou descartados, e é parte importante do subprograma de sustentabilidade destacado no programa de gestão museológica. Por sua vez, conforto ambiental, que implica temperatura, ventilação e iluminação, é parte importante do programa de acervo no aspecto da conservação preventiva. A conservação preventiva de objetos museológicos compreende evitar ou minimizar os efeitos dos agentes físicos (luz, temperatura, umidade), químicos e biológicos de degradação de materiais, e das ações mecânicas que levam a quebras e deformações.

As ações de manutenção devem ser detalhadas em Plano de Gestão e Manutenção de Edifício. É um documento que traz informações sobre as características da edificação (memorial e destinação dos espaços), sobre as atividades de operação das estruturas, instalações e equipamentos prediais (projetos executivos, cadastros e manuais técnicos) e sobre as atividades de manutenção (registro de inspeções e de reparos), observando-se as normas técnicas vigentes. Aplicam-se a Norma ABNT NBR 5674, que estabelece requisitos para gestão de sistema de manutenção de edificações, e a Norma ABNT NBR 9050, a qual orienta as adequações para acessibilidade física, além de outras normas específicas para determinadas instalações e equipamentos.

A partir das características prediais e da destinação dos espaços, deve ser elaborado o Plano de Salvaguarda - Emergência e Contingência, acompanhado por Manual de Normas e Procedimentos de Segurança, documentos que detalham a implementação de condições de segurança no Museu das Culturas Indígenas.

As condições gerais de segurança do museu para pessoas (em trabalho ou visita), acervo e edifício, devem evitar acesso não permitido, agressão, furto, roubo, vandalismo, incêndio e ferimentos em quaisquer atividades. Incluem circuito interno de câmeras, detectores de temperatura e fumaça, alarmes, extintores, proteções contra quedas e promoção do uso de equipamentos de proteção individual.

Considerando-se que todos os riscos de segurança dependem tanto das condições prediais quanto dos comportamentos das pessoas, deve haver sinalização de segurança, orientações e treinamentos periódicos para aplicação de procedimentos em caso de ocorrências danosas, incluindo combate a incêndio, evacuação de pessoas, retirada de acervo e primeiros socorros.

Os seguintes documentos técnico-administrativos devem ficar como responsabilidade deste programa em atuação conjunta com o programa de gestão museológica:

- Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Alvará de Funcionamento de Local de Reunião;
- Seguro predial contra incêndio, danos patrimoniais e responsabilidade civil;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Além das ações de manutenção e de segurança, o programa de edificação do Museu das Culturas Indígenas compreende, junto com o programa de comunicação e desenvolvimento institucional, projetos de:

- adequação e manutenção do pátio da instituição;
- indicação do museu na rua e bairro.

Na indicação do museu na rua e bairro, já colaboram a sinalização junto ao portão e a pintura mural nas empenas do edifício, realizada por artistas indígenas.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O programa de comunicação e desenvolvimento institucional trata da divulgação do Museu das Culturas Indígenas, de suas finalidades, valores e ações, junto ao público, parceiros, comunidade em geral, outros museus e entidades. O aspecto do desenvolvimento institucional, neste programa, está relacionado com captação de recursos e estabelecimento de parcerias com indivíduos e organizações, ambos dependentes de comunicação adequada e reputação positiva.

São objetivos deste programa:

- promover as finalidades e valores do museu;
- divulgar as exposições, atividades educativas e demais serviços e produtos do museu;
- estabelecer e manter a identidade visual do museu;
- colaborar em projetos para captação de recursos e parcerias;
- apoiar a realização de publicações impressas e eletrônicas dos demais programas do museu.

Deve utilizar duas formas essenciais de divulgação ou promoção: marketing direto (com meios de comunicação direta com o público, como correspondências impressas e eletrônicas, incluindo mensagens em redes sociais) e relações públicas (com ações para promover a marca do museu, incluindo assessoria de imprensa). É importante buscar o alinhamento da identidade da marca (características de organização e funcionamento da instituição) com a imagem da mesma (percepção da instituição pelo público).

O detalhamento dos canais de comunicação e das regras de relacionamento com os diversos públicos deve ser feito em Plano de Comunicação Institucional, documento sujeito a revisões anuais para atender as necessidades do museu perante as possibilidades de recursos e as diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Os objetivos de divulgação ou promoção poderão ser alcançados através da:

- produção de peças de comunicação impressa e eletrônica, tais como convites, folhetos e boletins;
- criação e manutenção de conta em redes sociais;
- produção e desenvolvimento de website institucional;
- prestação de informações a veículos de comunicação social, como jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão;
- organização da participação do museu em campanhas de iniciativa governamental para cultura, educação e saúde;
- organização da colaboração do museu na promoção de causas de interesse dos povos originários brasileiros.

Este programa de comunicação e desenvolvimento institucional também envolve, junto com o programa de edificação, projetos de:

- adequação e manutenção do pátio da instituição;
- indicação do museu na rua e bairro.

A adequação e manutenção do pátio da instituição, já com pinturas indígenas nos muros laterais e elementos expositivos, deve também contemplar a organização da comercialização de arte/artesanato indígena, implicando suportes, cadastro de artistas/artesãos e avaliação de autenticidade dos produtos, para garantir experiência adicional aos visitantes do museu, canais de expressão e geração de renda a pessoas indígenas.

PROGRAMA DE ACERVO

O programa de acervo trata de patrimônio material e imaterial, ou seja, de objetos e registros selecionados pelo museu para finalidades de preservação, pesquisa e comunicação em base permanente. Inclui o tratamento de outros objetos e registros de interesse para as atividades do museu, que formam coleções auxiliares. Compreende atividades de aquisição, conservação, documentação e controle de acesso a objetos e registros, tanto para aqueles do acervo museológico quanto para os elementos das coleções auxiliares.

O Museu das Culturas Indígenas tem a decisão de realizar aquisição, por coleta, doação ou compra, para a formação de seu acervo. Deve elaborar sua Política de Gestão de Acervo para esclarecer os critérios que se aplicam para aquisição e para as demais atividades deste programa levando em conta a missão, condições institucionais e obrigações éticas e legais.

Cada proposta de aquisição ao acervo museológico deve ter uma recomendação curatorial, incluindo a descrição do elemento patrimonial, de suas condições e da importância para o acervo. As propostas podem ser auxiliadas pelas atividades dos programas de exposições e de educação, entretanto, o museu deve recusar objetos que não estejam entre suas finalidades ou em condições adequadas de conservação, que não tenham procedência comprovada ou por quaisquer outros motivos julgados relevantes.

A incorporação, assim como eventual desincorporação, de item ao acervo do museu deve seguir as diretrizes de resolução específica da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Havendo incorporação de objetos ou de registros de patrimônio imaterial, é responsabilidade do museu preservá-los para o presente e para as gerações futuras com ações de higienização, acondicionamento ou preparação de suportes, armazenamento, inventário, catalogação e disponibilização.

Na conservação do acervo, o museu deve adotar normas de conservação preventiva efetuadas com orientações de profissionais especializados e detalhadas em Plano de Conservação de Acervo.

A deterioração de artefatos é processo natural e seu tempo depende da matéria utilizada, da técnica de produção e do uso. Museus buscam estender este tempo e manter elementos de patrimônio material e suportes de registros de patrimônio imaterial para gerações futuras. Os fatores que exigem atenção são: luz, temperatura, umidade relativa, poeiras, agentes biológicos (bactérias, fungos, insetos) e ações de pessoas (manuseio e uso dos objetos, proteção contra eventos danosos).

Na documentação, que é parte intrínseca da preservação, o museu deve descobrir, organizar, manter e disponibilizar, em meio físico ou digital, a informação dos itens do acervo e das relações entre eles. Cada objeto (patrimônio material) ou registro (patrimônio imaterial) deve ter dados de identificação e contextualização individuais para inventário e catalogação em instrumento normatizado de documentação dos museus da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, podendo haver, internamente, aplicativo de uso exclusivo do Museu das Culturas Indígenas.

O controle de acesso ao acervo está na responsabilidade deste programa, incluindo a localização atualizada de cada item e o cumprimento de normas internas para o uso de objetos e registros.

O empréstimo de bens do acervo museológico do Museu das Culturas Indígenas é permitido somente para uso em exposições temporárias de outros museus ou entidades afins, desde que não comprometa as atividades deste museu e esteja de acordo com a normas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

A utilização, incluindo a reprodução, de itens do acervo e coleções do Museu das Culturas Indígenas deve ser autorizada pelo detentor dos direitos patrimoniais, sempre mantidos os direitos de autor, seguindo a Política de Direitos Autorais da instituição.

O Museu das Culturas Indígenas faz a opção de incluir suas atividades de pesquisa em programa de acervo, ao invés de destacar um programa de pesquisa. Estas atividades devem ser organizadas através do Centro de Pesquisa e Referência do museu.

Centro de Pesquisa e Referência

Este centro, para o serviço de pesquisa, trata do desenvolvimento de ações de investigação a partir do acervo e das atividades de museu. O estudo dos elementos de patrimônio material e imaterial musealizados tem o objetivo de revelar e interpretar as informações contidas em objetos e registros, para aprofundamento das ações de preservação e comunicação do museu. Também deve haver a pesquisa curatorial para orientar aquisições e a pesquisa em torno de funções museológicas para contribuir com o corpo de conhecimentos da Museologia e outras disciplinas.

O Museu das Culturas Indígenas deve priorizar o conhecimento e a aplicação dos métodos curatoriais e de pesquisa de povos originários, implicando a atuação de pesquisadores indígenas, para colaborar com a desconstrução de colonialidade, isto é, desconstrução da permanência de formas de viver provocadas pela colonização em diversas partes do mundo. Convém considerar que a descolonialidade tem significados variados, desde rejeitar políticas discriminatórias e liberais (com muitos direitos individuais e poucos direitos coletivos, desenvolvimentismo e concentração de riqueza) até defender a valorização de conhecimentos locais e acentuar a questão da soberania de povos indígenas sobre territórios, modos de vida e futuro.

Também é importante levar em conta que os sistemas indígenas de conhecimento integram língua, formas de classificação e experiência dentro de determinados contextos físicos e sociais, e que há formulação de questões e busca de respostas que podem ser bastante distintas entre os diferentes povos. Dentro de museus, estas circunstâncias fundamentam o movimento de povos originários, que buscam apresentar patrimônio cultural com práticas museológicas próprias, passando pela compreensão da diversidade de povos, das suas experiências coloniais, específicas e coletivas, e do papel das tradições na identidade cultural contemporânea.

Atuar com estas condições é fundamental no desenvolvimento do Museu das Culturas Indígenas. Para tanto, a instituição deve considerar e analisar o estabelecimento de cooperação com outros centros de pesquisas, nacionais e internacionais, regulamentando o relacionamento entre as partes com informações sobre o vínculo institucional de pesquisadores, acesso aos elementos que estão na guarda do museu e uso das informações e conhecimentos obtidos em pesquisas.

Para o serviço de referência, este centro do Museu das Culturas Indígenas deve agrupar e divulgar fontes de informações sobre os povos originários, podendo ser referências bibliográficas, outros museus, instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais. A divulgação, pelo museu, de dados e informações obtidas por outras fontes deve estar autorizada pelos respectivos autores.

Ainda nas atividades de referência, o museu pode ter o interesse de realizar levantamento de dados e organizar informações próprias sobre seus temas, como povos, movimentos, organizações, artistas e coleções indígenas. Ao armazenar livros, revistas, jornais, relatórios, áudios e vídeos, em suporte analógico ou digital, como coleção bibliográfica para apoiar seus trabalhos, deve preservar e disponibilizar adequadamente os vários itens.

Adicionalmente, o Centro de Pesquisa e Referência deste museu tem a responsabilidade de selecionar, organizar e preservar documentos textuais, fotografias, gravações e filmes que registram atividades realizadas pelo museu, formando coleção de memória institucional, independente, inicialmente, de arquivo institucional que está a cargo da Organização Social de Cultura gestora.

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES

Este programa trata de exposições, que são o meio de comunicação típico de museus com o público visitante para apresentar o patrimônio material e imaterial que preservam e pesquisam.

O objetivo do programa é realizar a atividade de comunicação de acervo e temas de museu através de exposições, as quais podem ter características diversas desde que as propostas expositivas estejam alinhadas com a missão, visão e valores institucionais. As exposições, junto com as atividades do programa de educação, compõem a programação cultural do museu.

De modo geral, exposições de museu são conjuntos de objetos selecionados por algum motivo e apresentados com interpretações dos seus significados e das suas relações. São elaboradas para apreciação, entretenimento e informação, e devem procurar maneiras para estimular a curiosidade, a percepção estética e cognitiva, a experiência emocional e social dos visitantes.

É importante considerar que exposições cativantes são lembradas pelos visitantes, os quais são promotores essenciais do museu, suas finalidades, e dão suporte para a instituição na sociedade. No entanto, cada visitante tem seus próprios interesses, necessidades e modo de apropriação de experiências e de informações, podendo preferir situações contemplativas, vivenciais ou explicativas.

As diversas formas de aproximação das pessoas, somadas a acervo e objetivos de comunicação variados, são desafiadoras, mas, encontram soluções em diferentes exposições, espaços, podendo haver experimentações, avaliações e modificações, quando necessárias.

No Museu das Culturas Indígenas, há 4 espaços expositivos, do 3º ao 6º andar do edifício, cada um deles com área de 200 m2, e que poderão ser utilizados para exposições de maior ou menor duração, sem haver, necessariamente, a divisão de espaço para exposição de longa duração e exposições temporárias.

Além das exposições no edifício do Museu das Culturas Indígenas, devem ser produzidas exposições itinerantes e exposições virtuais em website institucional, para ampliar o acesso de pessoas ao patrimônio material e imaterial tratado pelo museu.

A itinerância de exposições deve ser prevista para localidades indígenas, assim como para outros museus, incluindo aqueles que fazem parte do Sistema Estadual de Museus do Estado de São Paulo.

Eventualmente, exposições temporárias de instituições afins podem estar previstas para instalação em um dos espaços expositivos do museu, se contribuírem com suas finalidades.

Os projetos expositivos devem ser elaborados por Grupos de Trabalho, com pessoas indígenas representantes de seus povos sendo os curadores - os detentores do conhecimento e da experiência que se quer apresentar; os que fazem a seleção da ideia que se pretende comunicar e dos elementos expositivos (objetos, textos, imagens, modelos, recursos multimídia) e asseguram a precisão das informações.

A execução dos projetos expositivos, por trabalhadores que detalham e produzem os recursos de comunicação propostos pelos curadores, também deve envolver fornecedores indígenas, promovendo a apropriação do museu e a inserção na economia criativa de pessoas de povos originários.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

O programa de educação trata de atividades educativas, que, ao lado de exposições, têm a finalidade de comunicação do acervo e temas do museu para o cumprimento da missão institucional.

Atividade significa a realização de uma função específica, no caso, educativa. Em museus, esta função é comumente realizada com uma variedade de serviços e de materiais, entre eles, mediação de visitas, encontros (palestras, apresentações), oficinas, cursos, mostras, publicações, modelos e jogos. Estes serviços compõem, com as exposições, a programação cultural do museu.

O termo educativo, aqui, não se refere a didático, isto é, a algo que facilita o ensino ou a aprendizagem. Educativo é palavra relativa a educação no sentido amplo de formação das pessoas. Neste sentido, as atividades educativas, assim como as exposições, levam em conta que um museu é espaço de relações sociais, promove experiências emocionais e construção de conhecimentos, e assim contribui com a educação permanente dos indivíduos, que é fundamental para a percepção do mundo e para vivência plena.

São objetivos deste programa de educação:

- comunicar o patrimônio material e imaterial indígena em salvaguarda do museu através de atividades educativas;
- apoiar a formação de professores e comunicadores para apropriação dos temas do museu;
- colaborar com a formação de pessoas indígenas para trabalhos na área cultural.

Nas atividades educativas, o público deve ser considerado em sua totalidade, com o atendimento das necessidades específicas de diferentes pessoas através de acesso universal, para favorecer a participação conjunta de todos os interessados.

O atendimento de necessidades específicas de pessoas está relacionado a acolhimento, a recursos prediais que facilitam acesso aos espaços, a recursos de apoio para acesso às informações do museu e a formas variadas de linguagem, exigindo a atuação conjunta dos vários programas do museu.

Ao lado do atendimento do público em geral, o Museu das Culturas Indígenas deve realizar atividades educativas direcionadas para segmentos de público, reconhecendo: público espontâneo, escolar, pessoas com deficiência (física, sensorial ou cognitiva), pessoas em vulnerabilidade social (com maior dificuldade no acesso a equipamentos culturais), professores e comunicadores, pessoas indígenas em formação para trabalhos na área patrimonial, além das várias faixas etárias que resumem diferentes habilidades das pessoas.

Nas suas ações, exceto em cursos e atividades de formação, o museu deve se posicionar como uma instituição de educação informal e permanente, diversa da educação escolar, com o propósito de oferecer para todas as pessoas, não importando seus pontos de partida, oportunidades de descobertas, experiências, emoções, informações, conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e de potenciais humanos, assim contribuindo para uma sociedade equitativa e inclusiva.

O público escolar, que comumente visita o museu, deve ser visto como público espontâneo, se a visita for considerada, pela escola, como atividade extracurricular, cultural, de lazer e entretenimento, motivos que não excluem as oportunidades de enriquecimento emocional e cognitivo das pessoas. Nas visitas de escolas, indígenas e não indígenas, com objetivos didáticos, espera-se o apoio do museu para professores, na preparação de atividades em conformidade com a base curricular, antes, durante e após a visita.

O programa de educação estabelece, de acordo com seus objetivos, dois subprogramas - serviços e materiais e formação indígena, a serem implementados por projetos destinados a um determinado efeito ou produto.

Subprograma de Serviços e Materiais

Trata da realização de serviços - como mediações de visita, encontros, oficinas, cursos e mostras, e da produção de materiais - como publicações, modelos e jogos. Estas atividades destinam-se ao público em geral ou a segmentos de público e devem contar com a participação de representantes dos povos originários na liderança de projetos, em grupos de trabalho e em funções como mediadores, palestrantes, escritores, ilustradores, produtores de demonstrações, de materiais, e outras.

Subprograma de Formação Indígena

Este subprograma trata de atividades de formação para promover o desenvolvimento de habilidades de jovens e adultos indígenas interessados em realizar trabalhos para museus, outras instituições e projetos culturais. Tem a finalidade de ampliar a participação indígena na economia criativa e incrementar oportunidades de emprego, serviços, parcerias e de empreendimento.

Adicionalmente, o programa de educação tem as responsabilidades de:

- organizar a formação continuada de equipe e demais colaboradores do museu, visando relações de trabalho com senso de segurança cultural para todas as pessoas;
- realizar pesquisas de perfil e de satisfação do público;
- promover a interação do Museu das Culturas Indígenas com núcleos de atividades educativas de outros museus, indígenas e não indígenas;
- contribuir com a formação de público para museus junto com o programa de comunicação e desenvolvimento institucional.

Segurança cultural depende de haver pensamento crítico para o reconhecimento de si e do outro, de semelhanças e diferenças, conciliações e conflitos, evitando-se perspectivas e atitudes de poder entre pessoas. Este conceito se aproxima da ideia de TAVA, lugar de convívio, construção e reconstrução constante, de forma coletiva, adotado pelo NUTRAS - Núcleo de Transformação e Saberes do Museu das Culturas Indígenas.
